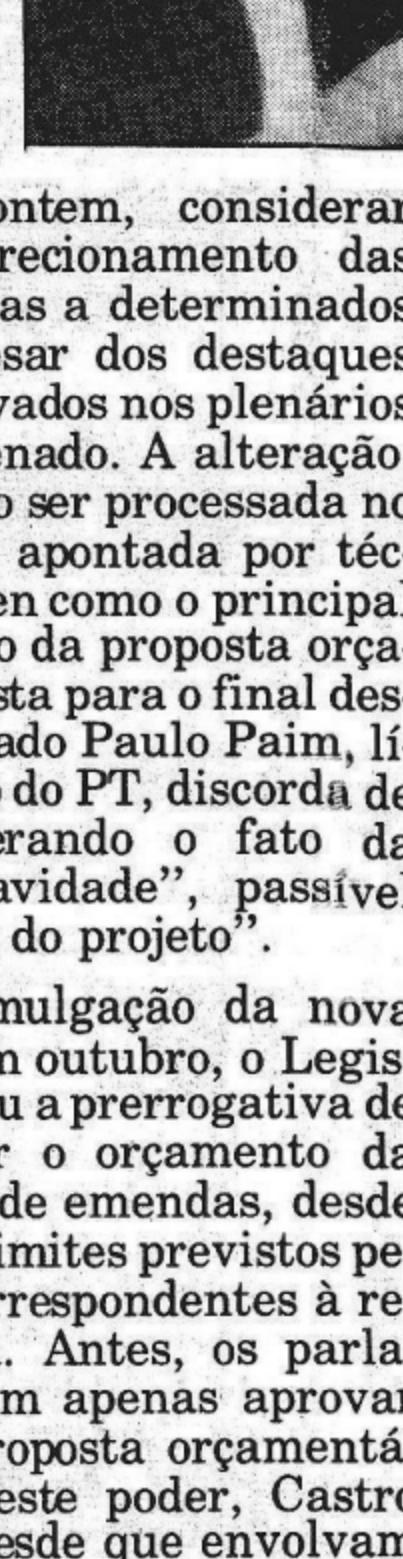


Deputado acha normal mudar obra aprovada

Scheila Bernadete

Arquivo

O deputado Manoel Castro (PFL-BA) (foto), integrante da comissão de parlamentares encarregada de acompanhar e fiscalizar o texto final do Orçamento Geral da União para 92, junto ao Prodassen (serviço de processamento de dados do Senado), disse, ontem, considerar normal o redirecionamento das verbas destinadas a determinados municípios, apesar dos destaques terem sido aprovados nos plenários da Câmara e Senado. A alteração, antes da redação ser processada no computador, foi apontada por técnicos do Prodassen como o principal motivo do atraso da proposta orçamentária, prevista para o final deste mês. O deputado Paulo Paim, líder em exercício do PT, discorda de Castro, considerando o fato da "mais alta gravidade", passível até de anulação do projeto".



Com a promulgação da nova Constituição, em outubro, o Legislativo conquistou a prerrogativa de poder modificar o orçamento da União, através de emendas, desde que dentro dos limites previstos pelo Executivo correspondentes à receita e despesa. Antes, os parlamentares podiam apenas aprovar ou rejeitar a proposta orçamentária. Baseado neste poder, Castro entende que "desde que envolvam o mesmo setor de alocações" os recursos possam ser revertidos, impossibilitando a confirmação de alguma injustiça. "Por exemplo, uma pequena cidade que já possua um hospital e constar dentro do orçamento para que seja favorecida com a alocação de recursos destinados à construção de uma outra casa de saúde. É normal que esta destinação possa ser repassada a outros municípios que não tenham hospitalais", explicou o deputado.

Ilegal e arbitrário

Mesmo considerando a prerrogativa do Congresso no processo orçamentário, o deputado Paulo Paim criticou a convivência de Castro e do relator-geral do Orçamento da União, o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza, na permissão do redirecionamento das verbas orçamentárias. "Isto é ilegal e arbitrário".

Para Paim, a atitude do relator confirma o "vício clientelista" do processo. "Como este ano é eleitoral, o grupinho de sempre quer desmembrar os recursos de seus destaques para agradar uma base parlamentar mais abrangente, atendendo a um número maior de prefeitos". O líder petista voltou a defender uma mudança na estrutura do sistema de computação e "também de mentalidade", para que a proposta orçamentária volte a ter a credibilidade no Legislativo. "É preciso que as emendas a serem apresentadas sejam feitas somente com a assinatura dos parlamentares representantes de cada bancada da federação".

Comissão

Seis parlamentares compõem a comissão especial criada para fiscalizar a redação final da proposta orçamentária de 92: José Luiz Maia (PDS-PI), Sérgio Guerra (PSDB-PR), Flávio Derzi (PSDB-PR), José Carlos Almeida (PFL-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Manoel Castro (PFL-BA). Eles são assessorados por trinta e seis técnicos legislativos, que trabalham intensamente, desde a aprovação do orçamento, no dia 20 de dezembro, interrompendo o recesso. Também o diretor do DOU — Departamento Orçamentário da União — José Carlos dos Santos, tem sido visto diariamente no Prodassen.

De acordo com o deputado Manoel Castro, o orçamento de 92 estará concluído entre os dias 20 e 25 deste mês, apesar das 72 mil emendas e mil e 300 destaques, "dos quais nem a terça parte acredito que será aproveitada", afirmou Castro.

Depois de consolidado o texto, ele será rubricado pelo presidente do Senado, Mauro Benevides, levando à sanção presidencial e finalmente publicado no Diário Oficial. Só então, terá força de lei. Até lá, o Governo pode utilizar um doze avos do orçamento do ano passado. Segundo técnicos do Executivo, a verba em torno de Cr\$ 42 trilhões é dinheiro suficiente para o Governo arcar com as despesas de pessoal do mês de janeiro, mas aperta mais os investimentos.